



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO

PROJETO DE LEI Nº DE 2023.
(Do Sr. Eduardo Bolsonaro)

Dispõe sobre impedimentos aplicados aos ocupantes e invasores de propriedades em Território Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei disciplina a aplicação de impedimentos aos ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas particulares em todo o território nacional.

Art. 2º Todo aquele que invade propriedades privadas, terrenos, edifícios, em zonas rurais ou urbanas, em todo território nacional, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, para o fim de esbulho possessório:

I – Ficarão proibidos de se cadastrar para recebimento de auxílios, benefícios e programas sociais do Governo Federal;

II – Ficarão proibidos de participar de concursos públicos federais;

III – Ficarão proibidos de contratar com o poder público federal;

IV – Ficarão proibidos a nomeação em cargos públicos comissionados;

V - Terá recusada a matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino.

parágrafo primeiro – Caso o invasor seja beneficiário de auxílios, benefícios e programas sociais do Governo Federal, tenha contratos com o poder público federal, tenha cargo público efetivo ou comissionado ou esteja matriculado em estabelecimentos oficiais de ensino, este será desvinculado compulsoriamente, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

parágrafo segundo – Incorrerá nas mesmas sanções previstas no Artigo 2º, aquele que cooperar para a invasão.



Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As ocupações e invasões de terra prejudicam a produtividade e o fomento e impedem o cumprimento das exigências legais por parte dos proprietários. Não se pode tripudiar o direito de propriedade e menos ainda fortalecer as ocupações e invasões, pois mesmo que sejam consideradas um mecanismo reivindicatório, as mesmas são levadas a cabo por meios e formas ilegais.

O MST, o MTST e outros usam como subterfúgio a condição de movimento social para promoverem destruição, invadirem propriedades, descumprir a Constituição, enfim desrespeitar direitos. É preciso defender o direito de propriedade, garantindo ao povo honesto e trabalhador seja da área rural ou urbana, segurança e paz às suas propriedades e famílias.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 11 invasões de fazendas foram registradas no país em 2021. No ano anterior, foram apenas seis. Em 2019, sete. Trata-se dos menores números verificados desde 1995, quando o Incra passou a organizar as estatísticas. Nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), os sem-terra invadiram quase 2,5 mil fazendas. Os primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, registraram cerca de 2 mil invasões. Na era Dilma Rousseff (PT), mais de mil crimes dessa natureza. Os números mostram que o governo do Presidente Jair Bolsonaro (PL) apresenta um desempenho melhor até mesmo que o verificado na gestão de Michel Temer (MDB), que durou de agosto de 2016 a dezembro de 2018. Foram 54 invasões durante o tempo em que o emedebista esteve à frente do Planalto, enquanto nos últimos quase quatro anos não passaram de 15.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação deste importante projeto.

Deputado Eduardo Bolsonaro

PL – SP





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Bolsonaro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233621111300>



Apresentação: 28/02/2023 17:13:06.297 - MESA

PL n.724/2023